

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 8.909 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2022.

REGULAMENTA A  
EXPLORAÇÃO DE  
PUBLICIDADE NO SISTEMA  
DE TRANSPORTE COLETIVO  
DE PASSAGEIROS DO  
MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu artigo 51, III.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada a exploração de publicidade no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município do Rio Grande, observadas as normas estabelecidas na legislação que rege a matéria, em especial o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei Federal Nº 9.503/1997, de 23/09/1997, as normatizações específicas e ditadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), e demais legislações correlatas e suas alterações.

**Parágrafo único.** A exploração de publicidade no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município do Rio Grande compreende os veículos utilizados no transporte, terminais urbanos, pontos de parada, abrigos de passageiros e mobiliários integrados a eles, bem como dispositivo utilizado para pagamento da passagem de uso exclusivo do usuário.

**Art. 2º** A publicidade não poderá causar impacto visual à paisagem urbana ou criar equívoco visual que confunda o usuário quanto a qualquer elemento identificador.

**Art. 3º** É vedada a veiculação de anúncio publicitário, mídia visual e/ou auditiva, que prejudique as informações aos usuários do sistema de transporte coletivo municipal do Rio Grande, e que não atenda as definições, padrões e formatos previstos neste Decreto, em especial aquelas:

- I** - de natureza político-partidária;
- II** - de cunho religioso;
- III** - de meios de transporte concorrentes da empresa responsável pelo transporte coletivo;
- IV** - que atentem contra a moral, os bons costumes e a dignidade da família;
- V** - que promovam a discriminação ou preconceito de raça, de religião, etnia ou nacionalidade;
- VI** - de armas e munição;
- VII** - que induzam os usuários e cidadãos ao consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias que causem dependência química;
- VIII** - que dificultem a visão e leitura de características do veículo;
- IX** - que transgrida a legislação em vigor.

*Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!*

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

**Art. 4º** A inobservância das disposições previstas neste Decreto sujeitará os infratores às sanções previstas, sem prejuízo das demais medidas legais e administrativas pertinentes ao assunto.

**Art. 5º** Será de exclusiva responsabilidade da Permissionária ou Concessionária a exploração de publicidade nos veículos utilizados no transporte e no dispositivo utilizado para pagamento da passagem de uso exclusivo do usuário, estes integrantes do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município do Rio Grande, e os reflexos legais pela não observância do disposto no artigo anterior.

**Art. 6º** Será de exclusiva responsabilidade do Poder Concedente a exploração de publicidade nos terminais urbanos, pontos de parada, abrigos de passageiros e mobiliários integrados a eles, todos integrantes do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município do Rio Grande, que será regulamentado em Decreto específico.

**CAPÍTULO II  
DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 7º** Cabe ao Órgão Gerenciador controlar e fiscalizar a publicidade no Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município do Rio Grande, nos veículos a serviço da frota vinculada e nos dispositivos utilizados para pagamento da passagem de uso exclusivo do usuário.

**CAPÍTULO III  
DA COMPETÊNCIA PELA PUBLICIDADE E DA RECEITA AUFERIDA**

**Art. 8º** Compete à Permissionária ou Concessionária do serviço de transporte coletivo público de passageiros, a exploração e administração de publicidade exclusivamente nos veículos utilizados no transporte e no dispositivo utilizado para pagamento da passagem de uso exclusivo do usuário, integrantes do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros no Município do Rio Grande.

**Art. 9º** Os valores auferidos com a exploração publicitária serão rateados da seguinte forma:

**I** - 60% (sessenta por cento), a título de receita extra-tarifária do Sistema;

**II** - 40% (quarenta por cento) será receita exclusiva (lucro) da Concessionária.

**§ 1º** Os valores decorrentes do disposto no inciso I, do caput, deste artigo, deverão ser previstos no fluxo de caixa, como forma de receita extra-tarifária.

**§ 2º** Os valores decorrentes do disposto no inciso II, do caput, serão considerados receita exclusiva da Concessionária, a título de incentivo à exploração e administração da publicidade.

**§ 3º** Caberá à Concessionária apresentar, mensalmente, relatório contendo as cópias dos contratos celebrados, assim como dos projetos publicitários vinculados a estes contratos.

**Art. 10** Compete à Permissionária ou Concessionária, nos anúncios publicitários e dispositivos de sua responsabilidade, integrantes do Sistema de Transporte Coletivo de Passageiros do Município do Rio Grande em que estejam fixados, a conservação e manutenção dentro da melhor forma técnica e estética, sem material danificado, solto e/ou desbotado, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas nesta Lei.

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

**CAPÍTULO IV**  
**DA PROPAGANDA INSTITUCIONAL NOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE COLETIVO**

**Art. 11** Para a veiculação de propaganda institucional na área interna dos veículos do serviço de transporte coletivo, será destinado à Prefeitura Municipal do Rio Grande:

**I** - 15% (quinze por cento) da área de exposição por espaço publicitário por veículo;

**II** - no máximo 4 (quatro) minutos por hora de inserções por equipamento (veículo).

**§ 1º** O Poder Concedente estará isento de qualquer ônus da utilização do espaço publicitário nos veículos, exceto da produção, confecção e manutenção do material.

**§ 2º** A veiculação de propaganda institucional na área interna dos veículos, na forma do inciso I, deste artigo, deve estar concentrada em um único espaço publicitário.

**§ 3º** Juntamente à publicidade institucional deverá constar, obrigatoriamente, o brasão do Município do Rio Grande, conforme legislação vigente sobre utilização dos símbolos do Município, não podendo ser menor que 0,03m<sup>2</sup> (zero vírgula zero três metros quadrados).

**Art. 12** Na área externa dos veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros somente poderão ser veiculadas propagandas institucionais, por período máximo total de 90 (noventa) dias por ano, em ajuste com a Permissionária ou Concessionária.

**CAPÍTULO V**  
**DOS ANÚNCIOS NOS VEÍCULOS DO TRANSPORTE COLETIVO**

**Art. 13** A Permissionária ou Concessionária, por intermédio de prestador de serviço ou agência de publicidade contratada, terá o direito de, dentro do espaço delimitado para publicidade, fazer alterações de seu material publicitário sempre que julgar necessário.

**Art. 14** Na área externa dos veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros a exibição de anúncios publicitários será permitida:

**I** - na parte traseira do veículo, não podendo exceder a 2/3 (dois terços) de sua área, ocupando o espaço superior, de modo que permaneça sem publicidade 1/3 (um terço) do espaço inferior;

**II** - nas laterais, sendo restrito à parte posterior do rodado traseiro, sendo nos veículos com 02 (duas) portas nas 02 (duas) laterais, e nos veículos com 03 (três) portas somente na lateral sem portas, com tamanho a ser definido em pelo Órgão Gestor, considerando as características da frota em operação;

**III** - nas portas de entrada e saída, com exceção à localizada próxima ao motorista.

**§ 1º** É vedada a veiculação de anúncios externos, móveis e do tipo "envelopamento" nos veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros.

**§ 2º** Os dispositivos utilizados para exposição de peças publicitárias não devem possuir cantos vivos ou contundentes, ou constituir-se em fator de risco potencial para os usuários da via e do Sistema.

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

§ 3º Os dispositivos utilizados para exposição de peças publicitárias devem ser fixados de forma a não permitir seu desprendimento ou sua soltura acidental.

§ 4º A veiculação de outros modais de publicidade ou a exibição em qualquer outra parte do veículo será permitida, desde que obtida anuência do Poder Concedente.

§ 5º Os dispositivos não poderão cobrir as faixas refletivas.

**Art. 15** Na área interna dos veículos utilizados no transporte coletivo de passageiros somente será permitida a afixação de publicidade:

**I** - nos vidros traseiros;

**II** - no vidro atrás do motorista (anteparo), resguardado espaço destinado à publicidade institucional e de caráter informativo, que podem ser relocadas, desde que apresentada nova disposição aprovada e acompanhada de parecer técnico da empresa e do Órgão Gerenciador Municipal;

**III** - em painéis fixos ou telas digitais, sob o teto e acima dos passageiros, de maneira que não venha a atuar como barreira física na movimentação destes; e

**IV** - em peças tipo "pega-mão", fixadas no corrimão junto aos balaústres, de forma que não venham a atuar como barreira física na movimentação dos passageiros.

§ 1º A veiculação de outros modais de publicidade ou a exibição em qualquer outra parte do veículo será permitida desde que obtida anuência do Poder Concedente.

§ 2º Os dispositivos utilizados para exposição de peças publicitárias não devem prejudicar a iluminação do salão de passageiros, possuir cantos vivos ou contundentes, ou constituir-se em fator de risco potencial para os usuários e para a tripulação.

§ 3º Os dispositivos utilizados para exposição de peças publicitárias devem ser fixados de forma a evitar seu desprendimento ou sua soltura acidental.

**CAPÍTULO VI**  
**DOS ANÚNCIOS EM OUTROS DISPOSITIVOS**

**Art. 16** A publicidade nos dispositivos utilizados para pagamento da passagem de uso exclusivo do usuário será explorada em uma de suas faces ou conforme layout aprovado pelo Órgão Gerenciador.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 17** Consideram-se infrações:

**I** - exibir publicidade com dimensões maiores e em desacordo com os demais parâmetros definidos neste ordenamento;

**II** - manter a publicidade em mau estado de conservação; e

Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
GABINETE DO PREFEITO

**III** - não atender a determinação para regularização ou remoção de publicidade considerada inadequada.

**Art. 18** Para todos os efeitos desta regulamentação, a Permissionária ou Concessionária de Transporte Coletivo de Passageiros no Município do Rio Grande, responderá pela infração praticada.

**Art. 19** A inobservância às disposições desta Lei sujeita o infrator às seguintes penalidades:

**I** - advertência por escrito e remoção da publicidade no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas;

**II** - multa, de acordo com o estabelecido na Lei Municipal 5602/2002, nos artigos 39, 40 e 45.

**§ 1º** No caso de reincidência, ou seja, na inobservância de determinação para remoção de publicidade, será aplicado o critério estabelecido no Art 49, da Lei 5602/2002.

**§ 2º** Após o quinto dia, contado a partir da aplicação da multa, ficará vedada à Permissionária ou Concessionária a inserção de nova publicidade até a plena regularização da pendência registrada.

**§ 3º** As multas a que se refere este artigo, integrarão o Fundo Municipal de Transito e Transporte, vinculado a Secretaria de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança (SMMAS).

**CAPÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 20** A instalação e manutenção das mídias não poderão interferir na operação do serviço de transporte coletivo quanto ao cumprimento de horários e itinerários estabelecidos.

**Art. 21** Fica o Órgão Gerencial do Poder Concedente autorizado a expedir regulamentos operacionais específicos, quando necessário, para a fiel execução das disposições desta Lei.

**Art. 22** Revogam-se as Leis 5220/1998, 6515/2008.

**Art. 23** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Grande, 05 de dezembro de 2022.

FABIO DE  
OLIVEIRA  
BRANCO:  
49844210020

FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO  
Prefeito Municipal

Assinado digitalmente por FABIO DE OLIVEIRA  
BRANCO:49844210020  
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=  
(EM BRANCO), OU=20085105000106,  
OU=presencial, CN=FABIO DE OLIVEIRA BRANCO:  
49844210020  
Razão: Eu estou aprovando este documento com  
minha assinatura de vinculação legal  
Localização:  
Data: 2022-12-05 11:09:34  
Foxit Reader Versão: 9.4.1

cc.:/Todas as Secretarias/CSCI/PJ/CMRG/Publicação